

○ SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL E AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Eliana Póvoas Pereira Estrela Brito¹

RESUMO

Este artigo inscreve-se no campo das políticas educacionais brasileiras e focaliza a emergência e posterior processo de consolidação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), enquanto um dispositivo legal voltado ao acesso e à interiorização da educação superior. Neste contexto, focaliza a formação de professores na modalidade da educação a distância como um campo de disputas que se acirra frente às diretrizes propostas pelo Sistema UAB, ao priorizar a oferta de cursos de licenciaturas na modalidade da EAD. Defende o argumento de que, por se tratar de uma modalidade de formação ainda recente em nosso país, fazem-se necessárias atenção e vigilância frente às políticas de formação de professores no Brasil. Atitudes estas que suscitam um esforço conjunto de pesquisas que contribuam para alargar nossa compreensão acerca das complexas relações tecidas nos processos de formação de professores na modalidade da EAD e presencial.

Palavras-chave: políticas educacionais - Sistema Universidade Aberta do Brasil - formação de professores.

À GUIA DE INTRODUÇÃO

(...) houve um tempo, neste país, em que entrar em uma universidade, primeiro, era um privilégio que a gente já sabia quando nascia uma criança, a gente já sabia se ela era uma pessoa que iria chegar à universidade ou não. Aliás, a gente já sabia se ela ia fazer pós-graduação em Paris, em Londres, em Harvard ou onde mais ela quisesse fazer. E a gente também já sabia que tinha uma parcela da sociedade que para chegar à universidade tinha que ralar muito e uma outra parcela que não ia chegar nunca, a não ser que fosse por um milagre. Ou seja, não era destino de uns saberem mais, poderem mais, e outros não poderem nada. Era uma definição

¹ Professora Adjunta do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Pró-Reitora de Graduação e Coordenadora institucional da Universidade Aberta do Brasil na UFPel. Email: epovoas@ufpel.edu.br

de concepção de Estado que era criada neste país (Lula, outubro/2010)².

A epígrafe deste ensaio, extraída do discurso do então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, proferido em cerimônia de inauguração das novas instalações do Campus Porto da Universidade Federal de Pelotas, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, em 21 de outubro de 2010, ajuda-me a dar visibilidade ao contexto mais geral em que o presente texto encontra-se inserido.

Neste sentido, defendo, logo de saída, a ideia de que a emergência do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), e o desafio de sua consolidação como política pública para a formação de professores da educação básica, não deva ser analisada desvinculada do contexto político que marcou o governo Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) para a educação brasileira de modo geral e para o ensino superior de forma específica.

Assim, se é possível afirmar que as políticas de universalização do acesso e da permanência à educação básica foram, em grande parte, uma conquista de governos anteriores, possibilitando o acesso à quase totalidade da população em idade escolar. Pode-se, também, dizer que o grande desafio, enfrentado pelo governo Lula, no campo da educação, foi o de buscar ações políticas potencializadoras da garantia do acesso e do sucesso de um grande contingente de jovens e de adultos até então excluídos do ensino superior.

Perspectivada pela ideia de promover a educação para todos, em todos os níveis de ensino, as políticas do Governo Lula buscaram articular, especialmente, dois movimentos correlatos: a expansão do acesso ao ensino superior, por meio do aumento quantitativo na oferta de vagas das Instituições Federais de Ensino Superiores (IFES) já existentes e a interiorização da educação superior através da criação de novas universidades, de campus fora de sede e de polos de apoio presencial às universidades públicas.

Neste processo de democratização da educação, a formação de professores assume um caráter relevante e estratégico na medida em que a organicidade interna entre os níveis educacionais passa, necessariamente, pela atuação docente. Dito de outra maneira: a

2 Discurso proferido pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cerimônia de inauguração das novas instalações do Campus Porto da Universidade Federal de Pelotas, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, em 21 de outubro de 2010. Disponível em: www.ufpel.edu.br/ccs.wp. Acesso em dez.2010.

democratização do ensino superior depende do acesso e do sucesso que a educação básica seja capaz de assegurar às crianças e aos jovens brasileiros/as. E o sucesso da educação básica tem como um dos pilares de sustentação a formação de professores cujo lócus privilegiado encontra-se nas universidades. Logo, a formação de professores se constituiu em peça fundamental no contexto da educação para todos.

Reconhecendo a importância dos professores para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, o Ministro Fernando Haddad, ao refletir sobre as propostas de seu ministério, afirma não ter dúvidas de que a formação de professores é, "de longe, a temática mais importante. Se ela não for trabalhada, de nada adiantam recursos, boa gestão e avaliações periódicas. Só com bons professores, vamos fazer a diferença e garantir um ensino de qualidade em nosso país³".

Nesta direção, o Jornal Correio do Povo/RS, em 05 de março de 2011, divulga que o cruzamento de dados do censo dos professores da Educação Básica com o censo dos estudantes da Educação Superior de 2009 revelou que 381.214 docentes da Educação Básica estão matriculados em cursos de graduação. Destes, 206.610 fazem cursos presenciais; e 174.604, cursos a distância. E mais, seis em cada dez docentes sem ensino superior estão matriculados em alguma instituição de ensino superior.

Nesta mesma reportagem jornalística, o Ministro da Educação faz uma análise sobre estes dados e afirma que "o aumento da qualificação docente, revelado nos censos, resulta de ações do MEC, como a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB); o Programa Universidade para Todos (ProUni); e a expansão de instituições federais de Ensino Superior (novas universidades e institutos profissionalizantes)⁴".

Embora os dados revelem que a maioria dos professores preferem cursos presenciais - 54,20% -, é inegável o expressivo universo de professores matriculados em cursos na modalidade da

3 Entrevista concedida pelo Ministro Fernando Haddad a Revista Nova Escola, Edição 216, outubro de 2008. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/formacao-inicial/formacao-docente-prioridade-ministerio-423221.shtml>>. Acesso em janeiro/2011.

4 De acordo com a reportagem Professor investe em formação superior, publicada pelo Jornal O Correio do Povo, Ano 116 nº 156 - Porto Alegre, sábado, 5 de março de 2011. Disponível no endereço: <http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=116&Numero=156&Cadern o=0&Noticia=264501>. Acesso em março/2011.

Educação a Distância (EAD)⁵ – 45,80%. Neste cenário, sem dúvida alguma, a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)⁶, gestado em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação e oficializado em 08 de junho de 2006, pelo Decreto 5.800, tem assumido um papel preponderante.

Focando, especificamente, a Universidade Aberta do Brasil e seguindo aqui o panorama apresentado pelo professor Celso Costa, a época, Diretor de Educação a Distância (MEC/CAPES) durante o III Fórum Nacional de Coordenadores UAB, realizado em Brasília, nos dias 17 e 18 de novembro de 2010, nos deparamos com um quadro expressivo: 92 Instituições Públicas de Ensino Superior integram o Sistema UAB, ofertando cursos superiores a 597 polos de apoio presencial, possuindo um universo de 203.820 alunos cadastrados e 153.575 estudantes, efetivamente, cursando o nível superior. Já formou 11.465 profissionais e possui um índice de evasão bruta de 19,02%.

Neste significativo cenário, diga-se de passagem, construído em apenas quatro anos, um percentual de 43% dos alunos encontram-se cadastrados em cursos de licenciaturas, seguidos por uma taxa de 26% em cursos de especialização, 14% em cursos de bacharelados, 12% em cursos de aperfeiçoamento, 4% em tecnólogos e 1% em cursos sequenciais.

Estes dados que, a princípio, nos impressionam, quando contrastados com a realidade brasileira, tornam-se bem menos animadores. De acordo com os dados do Censo da Educação Superior de 2009 publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)⁷, 16,8% dos professores da rede pública não têm formação adequada para exercer a profissão, encontrando-se em situação irregular pelo instituído pela LDB. O índice é basicamente o mesmo de 2007 (16%), quando foi realizado o primeiro levantamento nacional desta natureza.

5 Pelo uso recorrente da expressão Educação a Distância neste texto, utilizarei sua forma abreviada – EAD – sigla já habitual na literatura que trata sobre esta temática no campo da educação.

6 Não vou me deter aqui nas diversas Informações que detalham o funcionamento, a estrutura e legislação específica sobre a UAB (Universidade Aberta do Brasil). Essas e outras informações podem ser obtidas no sítio da CAPES: <http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1>

7 INEP. Censo da Educação Superior. Brasília, 2009. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em fevereiro de 2011.

Neste sentido, embora a institucionalização do Sistema UAB tenha contribuído, significativamente, para a expansão da oferta de cursos de licenciaturas em diferentes regiões brasileiras, os dados apresentados pelo INEP mostram-nos que a formação de professores para a educação básica permanece como uma problemática a ser resolvida, frente ao objetivo de consolidarmos uma educação básica de qualidade, referendada socialmente.

O SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL E OS CURSOS DE LICENCIATURAS: TENSÕES E APROXIMAÇÕES

Inscrito nestas paisagens, o Sistema UAB, ao priorizar os cursos de licenciaturas, ao mesmo tempo em que vem se mostrando uma estratégia política capaz de vencer as barreiras geográficas e acelerar o processo de formação de professores em todo o país, tem trazido para a pauta das discussões o debate entre os limites e as potencialidades da Educação a Distância (EAD), como modalidade educativa a serviço da formação de professores.

Apesar de não ser meu propósito entrar em uma discussão, tecida pelos argumentos a favor e contra a educação a distância e suas consequentes polarizações, não vou me omitir de dizer que, por um lado, discordo frontalmente das análises apressadas que tentam, a qualquer custo intelectual, apresentar argumentos que levem a estabelecer nexos fáceis entre a EAD e o ideário neoliberal. Por outro lado, tenho que admitir a legitimidade dos argumentos contrários à EAD quando afirmam que existem, hoje, no Brasil, centenas de cursos, oferecidos nesta modalidade, espalhados por todo o território brasileiro que funcionam sem o devido acompanhamento de avaliação e supervisão, visando apenas o crescimento do lucro em troca da certificação prometida.

Embora este tipo de crítica não seja propriamente a EAD, e sim a constatação da ausência de políticas efetivas de regulação, supervisão e avaliação, parece que o caminho encontrado por muitos críticos seja o de "jogar a água do banho com a criança junto". Desta forma, descartar a EAD como modalidade de formação para professores/as torna-se uma aposta intelectual menos trabalhosa e, a meu ver, menos comprometida, politicamente, com um significativo universo de futuros/as professores/as que, hoje,

motivados/as pelas atuais políticas educacionais encontram-se em processo de formação por meio desta modalidade educativa.

Acompanhando a lógica dominante nestes debates, entende-se que as tensões que permeiam estas discussões encontram-se, muito mais fundamentadas em premissas do que propriamente em pesquisas. Por consequência, poucos têm sido os estudos que contribuem de forma efetiva para identificar limites e positivities oferecidas por esta modalidade educativa, especialmente, quando pesquisadas no âmbito do Sistema UAB.

As discussões sobre as potencialidades e os limites da EAD para formar professores fez parte dos debates ocorridos por ocasião da Conferência Nacional de Educação, em 2010 – CONAE 2010. No entendimento da CONAE 2010, a formação inicial de professores deve, preferencialmente, ocorrer de forma presencial mesmo para os professores que já exercem a docência na educação básica. O Documento Final⁸ da conferência traz o seguinte posicionamento:

A formação inicial deverá se dar de forma presencial, inclusive aquelas destinadas aos/às professores/as leigos/as que atuam nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, como aos/às professores/as de educação infantil e anos iniciais do fundamental em exercício, possuidores/as de formação em nível médio. Assim, a formação inicial pode, de forma excepcional, ocorrer na modalidade de EAD para os/as profissionais da educação em exercício, onde não existam cursos presenciais, cuja oferta deve ser desenvolvida sob rígida regulamentação, acompanhamento e avaliação. Quanto aos/às profissionais da educação em exercício, sua formação continuada pode, de forma excepcional, ocorrer na modalidade de EAD, nos locais onde não existam cursos presenciais. A oferta de formação deve ser ampliada e contar com a participação dos conselhos estaduais e municipais de educação, a fim de garantir as condições de acompanhamento dessa formação (BRASIL/MEC - Doc Base DOCUMENTO FINAL/ CONAE: 2010, p. 56, grifos no original).

⁸ Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf. Acesso em abril de 2011.

A excepcionalidade atribuída pelo CONAE à formação de professores fica limitada a um universo de professores que já exercem a docência na educação básica, sem possuírem a formação profissional exigida para o exercício do magistério e que se encontrem em localidades em que não existam cursos presenciais. Na esteira deste entendimento, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) teria que redesenhar suas diretrizes no que concerne ao fato de ser arquitetada, exatamente, para priorizar a formação inicial e continuada de professores como estratégia política, voltada à qualificação da educação básica em todo o território brasileiro.

Uma das consequências decorrentes da compreensão expressa pela CONAE-2010, em seu Documento Final, estaria no fato de provocar uma inversão no ideário político que sustenta a arquitetura do Sistema UAB que foi criado com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos regulares de educação superior no país, a partir de uma articulação entre os três níveis governamentais (municipal, estadual e federal) e as instituições públicas de ensino superior. Trata-se, seguindo o entendimento expresso pela CONAE 2010, no que diz respeito à formação de professores, de tornar a UAB um sistema de políticas compensatórias e emergenciais.

Este tipo de lógica remete à trajetória histórica da EAD no Brasil percorrida antes da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, considerada como um divisor de águas na história da EAD no Brasil. Isto porque, até então, embora já contássemos com um conjunto significativo de programas, projetos e ações educacionais, mediados pelo uso de tecnologias da informação e comunicação, estes não ultrapassavam a precária condição de programas eventuais, pensados para suprir carências pontuais entendidas como obstáculos sociais frente ao recorrente objetivo político e governamental de tornar o Brasil um país de primeiro mundo.

Cabe ainda frisar que, entre as pegadas deixadas pela EAD em seu rastro histórico, as condições econômicas, culturais e políticas longe de serem desprezadas das ações dos diferentes governos, apresentaram-se como resultantes de uma lógica governamental que em muito contribuiu para sua consolidação, enquanto programas e ações supletivos e compensatórios, destinados a um universo de sujeitos historicamente "esquecidos" pelas ações governamentais e,

instantaneamente, "relembrados" nos momentos de crises sociais atravessadas pela sociedade brasileira.

Identificados como "culpados" pelo atraso econômico e social brasileiro, os Jecas, os Zés Brasis e tantos outros personagens que habitaram na contramão de nossa história, também contribuíram para sinalizar a possibilidade de tornar a educação para todos um dispositivo voltado para a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e inclusiva. No entanto, tratados como sintomas sociais, isolados da conjuntura econômica, política e cultural brasileira, as práticas de diferentes governos optaram por um tratamento igualmente isolado e descolado do conjunto das políticas sociais. Assim foi tratado, por exemplo, o analfabetismo, as populações residentes nas zonas rurais, os desajustados para o mercado de trabalho, entre outras "anomalias sociais" presentes em nossa história.

Focando, aqui, as estratégias educacionais utilizadas pelas ações de governo, vamos nos deparar com um conjunto de ações nas quais a utilização de tecnologias foi recomendada e utilizada como dispositivos educacionais, voltados ao suprimento de carências produzidas pela ausência de políticas sociais e tratadas como problemas descontextualizados que requeriam tratamentos emergenciais.

Talvez, a questão que agora se apresente é a de nos perguntarmos: serão as professoras e os professores, os novos personagens desta história? Questionado de outra forma: a formação de professores, suas ausências e suas presenças, se constituiu no novo sintoma social?

Embora fuja dos objetivos deste texto responder as interrogações apresentadas acima, suponho ser importante frisar que a aposta do atual governo em investir na EAD, como forma de promoção da qualidade da educação brasileira, rompe com a lógica até então presente na história da EAD brasileira, na medida em que fez fortes investimentos nas universidades públicas, firmou políticas de parcerias entre os três níveis da federação, focou a qualidade da formação na modalidade da EAD a partir de um conjunto de políticas de avaliação, regulação e supervisão para o setor.

Neste sentido, suponho que a atitude intelectual mais coerente não a de propor situar a EAD como forma de controle. Não precisamos direcioná-las a alguns em detrimentos de outros. Não precisamos

colocar pré-condições! Precisamos, sim, consolidá-la como uma alternativa de formação à disposição de todos. Isto não significa de forma alguma defender a EAD de forma cega e inquestionável. Ao contrário, significa colocá-la no rol das políticas públicas para a educação de modo a torná-la tão problemática como as demais políticas para o setor.

Mas, novamente, retornando ao Documento Final apresentado pelo CONAE 2010, com o objetivo de problematizar uma das dimensões presentes na arquitetura conceitual do Sistema UAB que se mostra nas relações cotidianas estabelecidas pelos cursos, como um ponto bastante frágil: a figura do professor tutor. Sobre esta dimensão que envolve, diretamente, a organização do trabalho docente nos cursos ministrados na modalidade da EAD, o documento propõe a substituição dos chamados professores-tutores por professores efetivos. Aqui, sem dúvida, esta seria uma importante conquista ao Sistema UAB e a todos os profissionais que nele atuam.

A reivindicação por vínculos de trabalho que ultrapassem a atual situação vivida pelos professores que exercem a docência na condição de tutores vem se mostrando como uma das questões fundamentais a serem enfrentadas pelo Sistema UAB. Neste sentido, o estatuto de "bolsista" – elo estabelecido entre o professor-tutor e o curso e, por efeito, sua integração ao Sistema UAB vem se mostrando frágil com consequências pedagógicas e administrativas difíceis de serem gerenciadas e, acertadamente, a CONAE entende que não "se trata tão somente de adoção da nomenclatura, mas fundamentalmente da defesa da centralidade do papel do professor, em substituição ao tutor, nos processos formativos presenciais e a distância" ((BRASIL/ MEC - Doc Base DOCUMENTO FINAL/CONAE: 2010, p. 84).

Aqui, é preciso esclarecer que um dos pilares de sustentação dos cursos oferecidos pelas instituições públicas de ensino superior, no âmbito do Sistema UAB, encontra-se ancorado na Lei de Bolsas (Lei nº 11.273/06), criada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do governo federal. Esta lei que autoriza a concessão de bolsas de estudo e bolsas de pesquisa, no âmbito da UAB, serve, também, de amarras para que as teias das relações de trabalho, estabelecidas pelos cursos ministrados nesta modalidade, possam se efetivar.

Neste sentido, e no que pesem as ressignificações atribuídas pelas universidades para a categoria de professor-tutor, frente

à compreensão dos equívocos que estas clivagens oferecem nos processos de formação de professores em que todos se encontram envolvidos, o certo é que, pertencer ou não ao quadro de professores efetivos das universidades, traz diferenciações que ultrapassam as questões de desigualdades salariais para se alojar em todas as dimensões que corporificam os processos de formação. Tutelados por uma lei de bolsas, os professores que atuam na sede ou nos polos, na condição de tutores, em muitos casos, não conseguem participar de um efetivo exercício de docência compartilhada e colaborativa por imposições burocráticas e por ausência de amparo legal no âmbito das universidades e dos polos de apoio presenciais.

Referindo-se aos polos UAB, a CONAE 2010, propõe a implantação de polos regionais que promovam processos de formação e acompanhamento constantes aos/às profissionais da educação no que diz respeito às modalidades e níveis de ensino. Aproximamente, neste sentido, da ideia, várias vezes defendidas pelos gestores nacionais do Sistema UAB, de tornar os polos de apoio presencial, a casa do professor. Atribuindo à casa do professor um sentido parecido ao pensado pelo CONAE 2010, ou seja, na promoção de tempos/ espaços regionais de capacitação permanente do/da trabalhador/a da educação.

Próximo ao entendimento da CONAE 2010, o Plano Nacional de Educação (2011-2020), coloca a EAD como alternativa de formação continuada e focaliza a UAB como estratégia para alcançar a meta de “elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores”. Neste sentido, o PNE (2011-2020) propõe: “expandir a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu utilizando metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância, inclusive por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB”.

O PNE (2011- 2020), no total das 20 metas propostas, dedica seis, especificamente, para a valorização do magistério tanto do ensino superior como da educação básica. São elas:

Meta 13: Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas

9 Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/12514/mec-divulga-plano-nacional-de-educacao-2011-2020>. Acesso em abril de 2011.

instituições de Educação Superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores.

Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que todos os professores da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: Formar 50% dos professores da Educação Básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, garantir a todos formação continuada em sua área de atuação.

Meta 17: Valorizar o magistério público da Educação Básica a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

Meta 18: Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino.

Meta 19: Garantir, mediante lei específica aprovada no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar.

Embora o texto do PNE não tenha colocado a EAD e, mais especialmente, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) no contexto da formação inicial de professores para a educação básica, me parece difícil alcançar as metas globais propostas no Plano sem contar, muito especialmente, com a oferta de cursos de licenciaturas pela UAB em parceria com as Instituições Públicas de Ensino Superior.

Nesta direção, acredito que os desafios a serem enfrentados pelo Sistema UAB, no bojo das políticas públicas de formação de professores, devam ser direcionados por ações que contribuam para superar os (pré)conceitos e as clivagens existentes entre formação presencial e formação a distância e todo um conjunto de qualificações que daí resultam.

Com isto, não estou defendendo aqui o apaziguamento das especificidades presentes em cada uma das modalidades formativas. Ao contrário, certamente, elas existem, marcam diferenças e suscitam singularidades de compreensão sobre suas positivities, limites e efeitos na e para a formação de professores e, por efeito, para a qualificação da educação básica brasileira. Trata-se, segundo o meu ponto de vista, de unir esforços em prol da construção da docência qualificada, independente da modalidade de educação a ser utilizada para alcançar este objetivo. Neste contexto, o Sistema UAB, embora ainda tenha muitos desafios a enfrentar na perspectiva de se consolidar como política pública, a serviço da democratização e interiorização da educação superior em nosso país, com qualidade socialmente referenciada, suas potencialidades são inegáveis para o campo da formação de professores.

Todas estas questões remetem, segundo o meu entendimento, à necessária atenção e vigilância frente às políticas de formação de professores no Brasil. Atitudes estas que suscitam um esforço conjunto de pesquisas que contribuam para alargar nossa compreensão acerca das complexas relações tecidas nos processos de formação de professores na modalidade da EAD e presencial.

Para fechar o texto, trago o pensamento de Gilles Deleuze (1998), extraído do livro *Diferença e Repetição*, numa aposta desejante de que sirva de inspiração a que novas escritas habitem o campo da formação de professores. Escritas estas que se apresentem como quebras à lógica de produção centralizada e produtivista. Escutemos o filósofo:

Ao escrevermos, como evitar que escrevamos sobre aquilo que não sabemos ou que sabemos mal? É necessariamente neste ponto que imaginamos ter algo a dizer. Só escrevemos na extremidade de nosso próprio saber, nesta ponta extrema que separa nosso saber e nossa ignorância e que transforma um no outro. É só deste modo que somos determinados a escrever (DELEUZE, 1988, p. 73).

ABSTRACT

This article is inscribed in the Brazilian educational politics field and its focus is the emergency and the posterior process of consolidation of the "Universidade Aberta do Brasil (UAB)" system as a formal device aiming for the accessibility of the higher education in small towns and rural areas. In

this context, it focuses the teachers formation's through the online education modality as an area of debate that takes its place in the face of instructions recommended by the UAB system while giving priority to the degrees in the online education modality. It defends the argument that it is necessary to transcend the fragmented ideas built between the online education modality/regular modality in order to centralize the efforts in benefit of public politics in the teacher's formation field allowing the construction of a qualified teaching process, independently of the education modality.

Key words: políticas educacionais - Sistema Universidade Aberta do Brasil - formação de professores

RESUMEN

El presente artículo se inscribe en el campo de la política educacional brasileña y enfoca la emergencia y posteriormente el proceso de consolidación del Sistema Universidad Abierta de Brasil (UAB), como un sistema formal, volcado al acceso y a la interioridad de la enseñanza superior. En este contexto, se enfoca la formación de profesores en la modalidad de la enseñanza en línea/a distancia (EAD) como un campo de disputas que se agudiza delante de las directrices propuestas por el sistema UAB, al priorizar la oferta de cursos de licenciaturas en la modalidad de la EAD. Se defiende el argumento de que se torna necesario superar la fragmentación de discurso construido por la división binaria entre EAD versus Educación Presencial para concentrar esfuerzos en pro de políticas públicas a servicio de la formación de profesores que proporcione la construcción de la docencia cualificada, Independiente de la modalidad formativa.

Palabras clave: políticas educacionais, Sistema Universidade Aberta do Brasil, formação de professores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei 9.394* de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em nov. 2010.

BRASIL. *Decreto 5.800* de 08 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm. Acesso em abril de 2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Resumo técnico: censo da educação superior 2009*, Brasília, 2010.

Disponível em: < http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico2009.pdf>. Acesso em abril de 2011.

BRASIL/MEC. Conferência Nacional de Educação (CONAE). *Documento final: construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação*. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/12514/mec-divulga-plano-nacional-de-educacao-2011-2020>. Acesso em abril de 2011.

BRASIL/MEC. *Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020*. Disponível em: < <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/12514/mec-divulga-plano-nacional-de-educacao-2011-2020>>. Acesso em abril de 2011.

BRASIL. *Lei. No. 11.273*, de 06 de fevereiro de 2006. Autoriza a concessão de bolsas de estudos e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11273.htm>. Acesso em fevereiro de 2011.

COSTA, Celso. *Panorama atual da UAB*. Material apresentado por ocasião do III FÓRUM NACIONAL DE COORDENADORES UAB. Brasília, 17 e 18 de novembro de 2010.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. 2 Ed. rev. e atual.. São Paulo: Edições Graal Ltda., 2006.

HADDAD, Fernando. A formação docente é prioridade para o Ministério. *In: Revista Nova Escola*, Edição 216, outubro de 2008, Editora Abril.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. *Discurso proferido em cerimônia de inauguração das novas instalações do Campus Porto da Universidade Federal de Pelotas*, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, em 21 de outubro de 2010. Disponível em: <www.ufpel.edu.br/ccs.wp>. Acesso em dez.2010.

Recebido em: abril de 2011

Publicado em: julho de 2011